
**A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO FAMILIAR
NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA NOS PRIMEIROS
ANOS DE VIDA**

*Lívia Márcia Batista de Andrade¹
Roberta Aparecida Badan Morethes²*

RESUMO: O presente trabalho desenvolveu-se a partir de um levantamento bibliográfico. Quando abordamos a questão do vínculo é necessário estudar primeiramente o grupo que possibilita esta relação: a família. Os pais são a base para o desenvolvimento emocional da criança, pois é nessa relação que os primeiros vínculos são constituídos, bem como o caráter e a personalidade da criança. No entanto, é junto à mãe que a criança vivencia seu primeiro vínculo afetivo. É a partir deste contexto que o trabalho discorrerá, sobre a formação dos vínculos afetivos, as falhas nesse processo e sua importância no desenvolvimento emocional da criança.

Palavras-chave: família, vínculo afetivo, relação mãe-bebê.

**THE FAMILY TIES IMPORTANCE IN THE CHILD'S EMOTIONAL
DEVELOPMENT IN THE EARLY LIFE**

ABSTRACT: This work was developed from a bibliographic review. When we talk about this link is necessary to study the first group that allows this relationship: the family. Parents are the basis for child's emotional development, because in this relationship the first links are formed, as well as the character and personality of the child. However, it is with the mother that the child experiences their first affective link. It is from this context that the work will speak, about the formation of emotional links, the failures in this process and the importance in the child's emotional development.

Keywords: family, emotional link, mother-infant relationship.

¹ Doutora em Psicologia – PUC Campinas. Docente e supervisora da Faculdade de Psicologia Padre Anchieta (UNIANCHIETA). Psicóloga Clínica. E-mail: ibatista@anchieta.br.

² Psicóloga – Graduada pela Faculdade Anchieta (UNIANCHIETA). E-mail: robertabadan@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

“A família é a unidade básica de crescimento e experiência, desempenho ou falha” (Ackerman, 1986, p.29).

Nos séculos XVI e XVII, as relações familiares entre casais, pais e filhos permeavam-se na comunidade, ou seja, eram consideradas como a mais importante. Nesse contexto, o indivíduo já nascia com papéis predefinidos e a hierarquia ditava as regras sendo que, a desobediência às regras ocasionaria a falta de proteção ou até a morte. Desse modo, *“a família era a sociedade, confundindo-se com ela. O indivíduo perdia sua visibilidade em meio às relações”* (Férez - Carneiro & Poncinato, 2003, p.59).

Segundo Ceccarelli (2007), ainda no século XVII, o Estado ditava regras delineando as atividades das pessoas, mantendo a ordem política predominante e uma família estática sem questionamentos. A igreja também exerceu grande influência definindo como deveria ser o casamento e controlando um modelo cristão e *“ainda hoje, a moral cristã sustenta a indissolubilidade do casamento, a monogamia, a fidelidade e se posiciona contra tudo que ameaça esse modelo [...]”* (Ceccarelli, 2007, p.314).

O início do século XVIII foi marcado pela mudança de lugar que a criança ocupava e da família. Para Férez - Carneiro e Poncinato (2003), a afeição foi o título mais importante identificado na época, onde a linhagem passou a ter valor de família conjugal, tornou-se uma “célula social”, valorizando o “sentimento de família” de forma a trazer as famílias da antiga sociedade para um ambiente mais reservado. Segundo esses autores, é nesse momento que emerge o interesse emocional dos jovens ao procurar suas companheiras, iniciam suas escolhas, sua liberdade e aos poucos, buscam formar sua identidade, deixando de priorizar o desejo dos pais. O jovem começa a namorar, a cumprir a fidelidade com sua companheira, a responsabilidade perante a sociedade e modifica o tipo de vínculo com a família original para criar a sua família baseada em seus próprios critérios. O sentimento toma forma e a espontaneidade permite uma conversa mais aberta. Assim, o casal se isola da comunidade e abre espaço ao conhecimento do amor. Podemos refletir que a opção de escolha dos jovens com suas companheiras originaram a democracia, iniciando-se a diversidade de relações, surgindo assim inúmeras configurações de famílias.

Nesse sentido, para Ackerman (1986), as mudanças do padrão familiar determinam-se por sua organização interna ou por sua posição na comunidade. Não havendo assim nada constante na família, a não ser que ela está sempre conosco.

Dias (1992) afirma que o que realmente liga uma pessoa a outra dentro da família são as afinidades e os laços de parentesco e seja qual for o modelo familiar, a criança não sobrevive sem a família e esta por sua vez tem o dever de socializar a criança, ensinando-lhe comportamentos adotados em sua cultura, como regras e padrões de conduta.

A partir desse contexto, o presente estudo visa analisar a influência do vínculo familiar no desenvolvimento emocional da criança, destacando o Vínculo na Constituição Familiar, Vínculo Mãe e Bebê e a importância dos Vínculos Afetivos para a vida emocional da criança.

VÍNCULO NA CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

Pichon-Riviére (2007) dedicou-se ao ensino psicanalítico e pesquisou não somente a análise do indivíduo (psicossocial) trouxe também grande contribuição analisando o grupo e a instituição da qual o indivíduo influencia e é influenciado, sendo impossível analisar o indivíduo como ser único. Para o autor “*uma psiquiatria concebida a partir das relações do indivíduo com o grupo e/ou com a sociedade, nos dará dados para constituir uma psiquiatria que podemos denominar Psiquiatria do Vínculo, quer dizer a psiquiatria das relações interpessoais*” (Pichon-Riviére, 2007, p. 2).

Na visão Pichoniana, grupo é um conjunto de pessoas que estão ligadas entre si por um período constante de tempo e espaço com um objetivo em comum. É como uma espiral contínua, constituindo um aprendizado mútuo, pois todos os integrantes aprendem juntos.

Segundo Dinamarco (2009), a formação do primeiro vínculo é entre mãe e feto, denominado de vínculo intrauterino. Já durante a primeira infância, é a família, mais especificamente o pai e a mãe, que formam uma estrutura social básica, proporcionando à criança os primeiros vínculos, pois são procurados para proteção, conforto e suporte.

Considerando que o vínculo é complexo, dinâmico e está em constante movimento, pois envolve o indivíduo, um objeto e a inter-relação que ocorre no processo de aprendizagem. Nunca nos relacionamos da mesma forma com os objetos, portanto os vínculos são criados de uma forma particular, são movidos pelas motivações psicológicas de cada indivíduo ou por fatores instintivos. Nessa relação, cria-se uma conduta estabelecendo uma relação interna e externa com o objeto que tende a ser mais ou menos fixa. O vínculo apresenta uma parte racional e irracional, a primeira é um grau consciente e administrado, enquanto a última refere-se ao grau de inconsciência do vínculo interno, onde é estabelecido com um objeto interno, que opera sobre a conduta da criança neste momento. O vínculo pode, ainda, ser normal ou apresentar alterações, sendo assim patológico. Para que ele seja normal, é necessário recorrer à noção de objeto diferenciado e não-diferenciado, que relata as primeiras relações de dependência e independência em relação ao objeto (Pichon-Rivière, 2007).

VÍNCULO MÃE E BEBÊ

Para dialogarmos sobre este tema, traremos contribuições de diversos autores.

Nas primeiras relações, o bebê desenvolve um vínculo muito forte com sua mãe ou a mãe substituta. Não existe no recém nascido ainda nada comparado ao Ego. Segundo Brum e Schermann (2004), ao nascer, a criança possui necessidades fisiológicas básicas que devem ser satisfeitas, que são: o alimento e conforto. Ela vive o estágio de indiferenciação, sendo incapaz de distinguir estímulos internos e externos, entre ela mesma e seu redor, iniciando o desenvolvimento da noção de objeto que em psicanálise está relacionada à pulsão, ou seja, o impulso parece estar orientado a encontrar um objeto do qual favorece a descarga de tensão interna. O ego busca um objeto que possibilite essa descarga, trazendo assim satisfação as suas necessidades. O objeto pode ser externo ou uma parte do corpo, como uma representação fantasiástica ou psíquica destes. O impulso em tal contexto se relaciona aos fenômenos puramente intrapsíquicos. Uma situação que pode ser utilizada para exemplificar essa relação é o momento da amamentação, onde o seio da mãe é fonte de gratificação para o bebê. Nesse caso, o seio da mãe é um objeto importante aos impulsos do bebê e é altamente

catexizado, ou seja, o bebê investe uma grande quantidade de energia psíquica na imagem ou fantasia desse objeto (o seio).

Fontoura (2004) contribui relatando que a amamentação não só satisfaz a fome do bebê nesse momento. Mãe e bebê experimentam uma vinculação afetiva ímpar com as trocas de olhares e afeto. As angústias do bebê são acolhidas e a mãe sente prazer em alimentá-lo, pois ao amamentar o hipotálamo libera o hormônio ocitocina, conhecido como hormônio do amor materno, proporcionando também sentimentos de segurança e tranquilidade a mãe. Assim, a mãe exerce uma relação de grande importância nos primeiros dias e horas de vida de seu bebê.

As pulsões do ego segundo Brenner (1987) relacionam-se num sistema dualista, como pulsões sexuais, que estão relacionadas à sobrevivência da espécie e à libido, como também a pulsão oral, anal e fálica presentes nas fases psicosexuais. São estas pulsões que remetem a um componente de desejo erótico, de relação sexual e à pulsão de agressividade, ou seja, um impulso destrutivo ou agressivo. Ambas se inter-relacionam, porém não precisam de quantidades iguais de energia. O autor descreve que *“a teoria psicanalítica postula que aquelas forças instintivas já estão em atividade no bebê, influenciando o comportamento e clamando por gratificação, que mais tarde produz os desejos sexuais do adulto, com todo seu sofrimento e êxtase”* (Brenner, 1987, p. 37).

Nesse contexto, não podemos deixar de abordar a questão do narcisismo que diz respeito à construção do eu e do objeto. Nakagawa (2007) nos lembra que o narcisismo é um componente essencial ao desenvolvimento libidinal e completa a pulsão. Inicialmente, sua função é de auto-erotismo e sua satisfação ocorre de modo não organizado, encerrando a si mesmo e, finalmente, para que se instale, deve ser investida no mundo exterior. Esse mesmo autor comenta que o narcisismo primário é uma posição de desejo e ideal proporcionado pelos pais, onde há um investimento pulsional e narcísico em direção à criança, funcionando como uma reprodução narcísica dos pais em direção aos filhos. É a partir da própria estrutura narcísica que os pais trabalham para constituírem o espaço de desenvolvimento de seus filhos, que são suas heranças. Nesse investimento, precocemente a criança investe toda a libido em si própria. O narcisismo primário é pré-condição para o secundário, pois ocorre a persistências das defesas, portanto, narcisismo secundário. Sendo o narcisismo e um estado de regressão,

onde a criança retorna ao ego da libido, numa posição que era amado e admirado sem restrições. Abdicar a essa perfeição não é tarefa fácil, a criança ao crescer tem que ter seu julgamento crítico, não voltar àquela posição de perfeição, assim poderá formar um ideal de ego.

Bowlby (2006) descreve-nos o comportamento de apego. Para o autor, existe a relação de vínculo entre o bebê e a mãe desde as primeiras horas de seu nascimento, mas o bebê só procura companhia de sua mãe quando tem consciência dela. Bowlby (2006, p. 221) propõe que *“o vínculo da criança com sua mãe é um produto da atividade de um certo número de sistemas comportamentais que tem a proximidade com a mãe como resultado previsível”*. O bebê desenvolve os sistemas comportamentais como o de sugar, chorar, seguir e sorrir interagindo com um determinado ambiente de sua evolução adaptativa e com a principal figura para ele que é a mãe, tendendo a manter-se próximo a ela. Esse autor nomeia tal vínculo como comportamento de ligação, caracterizado nos seres humanos e tendo maior evidencia nos primeiros anos da infância, inicia-se no terceiro mês, e tem maior presença no sexto mês de idade. O comportamento de ligação *“inclui o choro e o chamamento, que suscitam cuidados e desvelos, o seguimento e o apego, e também os vigorosos protestos se uma criança ficar sozinha ou na companhia de estranhos”* (Bowlby, 2006, p. 171). O apego é um comportamento que apresenta um vínculo muito forte como de conforto e segurança, de modo que *“as figuras para as quais ele é dirigido são amadas, e a chegada delas é saudada com alegria”* (Bowlby, 2006, p. 171). Na medida em que a criança explora seu ambiente, ela começa a absorver novos conhecimentos e se afasta do comportamento de ligação.

Para Winnicott (2001), desde o início do desenvolvimento há a necessidade de se levar em conta a hereditariedade, o ambiente e o bebê, ou seja, é importante considerar que embora o bebê desenvolva suas tendências herdadas, que é o processo de maturação, ele precisa de um ambiente que facilite a ocorrência deste processo. Winnicott (2001) também deixa clara a importância das primeiras relações da mãe com o bebê para o seu desenvolvimento e descreve sobre o desenvolvimento emocional primitivo em relação à dependência do bebê, que é uma tendência inata correspondente ao crescimento do corpo e o desenvolvimento de certas funções, como por exemplo, o andar, ao completar o seu primeiro ano. Tais funções são fundamentadas à sua saúde

mental e fazem parte de um processo evolutivo, mas não podem se afirmar na ausência de condições suficientemente boas.

Winnicott (2001) relata que no primeiro ano de vida, o bebê tem uma dependência absoluta no que diz respeito ao ambiente físico e emocional. O bebê consegue manter viva a idéia da mãe e cuidado que vem recebendo por certa extensão de tempo. Podendo nessa fase desenvolver um pouco de sua independência, porém, só é possível que isso ocorra se houver uma pessoa sensível a perceber suas necessidades, e, essa pessoa costuma ser a mãe, delicada e constante. Se a mãe está disposta a essa vivência é então chamada de “mãe suficientemente boa”, uma vez que supre todas as necessidades e inseguranças do seu bebê.

Há dois tipos distintos de identificação: da mãe com seu filho e de seu filho em sua relação, desde a gravidez a mãe tem uma surpreendente capacidade de identificar-se com seu filho tendo uma “preocupação materna primária”, em que ela desenvolve uma capacidade especial, de sentir e fazer as coisas para seu bebê, que embora tenha certa identificação com a mãe, ainda não é capaz de reconhecer e diferenciar nenhum objeto. Espera-se que esteja sendo cuidado por uma “mãe suficientemente boa”, aquela que consegue se adaptar as suas necessidades, identificar-se com ele, de modo a sentir suas necessidades como um processo natural. *“Só na presença dessa mãe suficientemente boa pode a criança iniciar um processo de desenvolvimento pessoal e real”* (Winnicott, 2001, p. 24). No entanto, essa mãe só será capaz de desenvolver este papel se sentir-se segura dentro da relação.

Neto (1899) relata a importância do ambiente facilitar como um bom processo no desenvolvimento e na integração da criança, uma vez que inicialmente a criança passa num estado de indiferenciação, para depois perceber o que faz e não faz parte de si. A mãe sendo tal meio facilitador permite o surgimento do eu e a internalização das funções que por sua vez, nunca se completam, estão sempre em equilíbrio com as externalizações. Este processo permite o estabelecimento do “eu” e o “não eu”, onde o ego participa de diferentes estágios, permitindo as primeiras relações objetais.

No momento em que se dá a separação do “eu” e do “não eu”, a atuação da “mãe suficientemente boa” é muito importante, pois ela já está adaptada as necessidades e as possíveis frustrações da criança, acrescenta (Winnicott, 2001). A função do pensamento

da mãe nesse período é uma base, ou seja, apóia o pensamento do bebê. Se houver falha neste processo, o bebê vive uma grande angústia.

Em *Condições traumáticas da relação mãe-bebê*, Neto (2004) relata sobre a consequência dessa falha, que seria o trauma, este, que não ocorre por um acontecimento único, mas sim a partir de uma série de repetições de falhas ambientais, ou seja, materna. Nessa fase, o ego do bebê ainda não entende os acontecimentos externos, ele ainda é imaturo, não tem defesas, o que lhe proporciona grande angústia. Para Neto (2004, p. 3) “[...] o trauma está ligado ao grau de imaturidade do bebê juntamente com o grau de proteção que o ambiente é capaz de fornecer para que as crianças não se defrontem com as angústias inomináveis e inesperadas [...]”.

As necessidades psíquicas do bebê, onde a primeira é de encontrar um continente para suas vivências psíquicas, onde a mãe é de extrema importância, pois, em sua presença, o bebê forma pensamentos e experiências psíquicas. No momento e após o parto, a mãe se encontra em regressão, o que favorece sua identificação projetiva, através de carinho com seu bebê. “*Facilitando a capacidade rêverie, a recepção e transformação das identificações projetivas em elementos toleráveis pelo bebê*” (Safra, 1995, p.117).

O bebê desenvolve algumas expectativas segundo suas necessidades. A mãe procura adaptar-se as suas necessidades e satisfazê-las. Essa relação permite ao bebê ter confiança e criar as primeiras relações objetais, como um mundo real para o desenvolvimento do seu eu, a partir das necessidades que serão satisfeitas pela mãe. Essa relação é introjetada no bebê e mais tarde internalizada, abrindo caminho para o desenvolvimento do ego até para a autonomia que ele irá adquirir com o ambiente. “*Através do contato com a mãe, o bebê tem a oportunidade de ir desenvolvendo recursos psíquicos que lhe possibilitem lidar com a realidade externa e interna*” (Safra, 1995, p.114).

VÍNCULO AFETIVO

São muitos os autores que trazem-nos contribuições sobre este tema. Traremos alguns para continuarmos dialogando sobre o papel materno ampliando para o papel paterno nesta relação.

Segundo Bowlby (2006, p.96) “*O núcleo daquilo que eu chamo de ‘vínculo afetivo’ é a atração que um indivíduo sente por outro indivíduo*”. São sentimentos dedicados a alguém em especial não a qualquer pessoa, buscando sempre manterem-se próximos. Porot (1954) acrescenta que não basta só compartilhar de um mesmo teto e o mesmo sangue, para que em uma família haja um alicerce de respeito, é necessária a relação afetiva, o amor recíproco de uns com os outros criando um vínculo que mantenha essa relação.

A formação dos afetos inicia-se no feto ainda em gestação, tende a desenvolver-se na infância e manter-se com o decorrer dos anos. “*Inicialmente, o único meio de comunicação entre a criança e sua mãe é através da expressão emocional e do comportamento que a acompanha*” (Dinamarco, 2009, p.15). A mãe é quem forma o primeiro vínculo afetivo com seu bebê através da amamentação, suprimindo suas necessidades primárias e por isso é fundamental a forma com que ela manipula seu bebê, o cuidado ao segurar seu corpo. O lidar é uma função materna ímpar ao desenvolvimento do bebê, porque está relacionada à ideia de que cuidar do bebê e do seu corpo é como se mãe e bebê formassem uma só unidade (Dinamarco, 2009).

Del Nero (2005) afirma que o importante para o bom desenvolvimento do bebê e da formação de sua personalidade não é só a mãe o alimentar, mas a maneira que o alimenta. O amor dedicado ao seu filho é essencial, pois ao ser alimentado ele incorpora as carícias, o olhar, o cheiro, a voz e o toque que recebe de sua mãe. Esse conjunto de cuidados oferece ao bebê sensações prazerosas, o ajuda a perceber seus limites e a partir deles, estruturar seu esquema corporal para formação do próprio eu.

Safra (1995) e Winnicott (2001) concordam, afirmando que os cuidados que a mãe tem para com o seu bebê, possibilitam ao invés de ansiedades, experiências positivas e de segurança, auxiliando nas primeiras discriminações do ambiente e integração do eu.

Até os doze meses de vida do bebê, o papel do pai não é muito destacado na literatura como vimos com a relação mãe-bebê. No entanto, Gomes e Resende (2004, p. 121) comentam: “[...] *sabe-se que o contato corporal entre o bebê e o pai, no cotidiano, é referência na organização psíquica da criança, devido a sua função estruturante no desenvolvimento do ego*”. Botura (1994) acrescenta que a criança quando é tocada com

amor e consegue registrar essa sensação, irá se sentir mais segurança no presente e no futuro.

Para a teoria psicanalítica, o papel estruturante do pai inicia-se com o complexo de Édipo, pois é quando o bebê passa a dividir a mãe com o pai. É o momento em que a criança compreende que o seio da mãe não é sua exclusividade, é necessário dividir com uma pessoa mais forte, seu pai e daí surge na criança o ódio pelo pai, figura que ela também ama (Bertante, 2007).

Segundo Fulgencio (2007), o termo “paternal” vem depois do “maternal”, pois é só gradativamente que o pai torna-se significativo enquanto homem para seu filho. Somente a partir do segundo ano de vida que existe para o bebê a imagem de pai e mãe. Assim, a figura paterna ganha importância, não somente para o desenvolvimento social da criança, mas como suporte perante suas dificuldades.

Bertante (2007) acrescenta que é então neste triângulo (mãe / pai e filho) que as relações afetivas se estabelecem e é com a ambiguidade de sentimentos, criados nessa relação de amor, poder e ódio que se forma uma família e se constrói os mecanismos psíquicos da criança como as neuroses.

A criança precisa do pai e da mãe para organizar dentro de si as trocas de afeto e as vivências. No processo de desenvolvimento da personalidade, o pai ganha visibilidade quando a criança o percebe “[...] *enquanto desejo da mãe e objeto daquilo que o filho está apto a aprender dele, estabelecendo uma dialética*” (Gomes & Resende, 2004, p. 121).

Para Safra (1995), o papel do pai é importantíssimo no acolhimento do filho, oferecendo segurança, identificando-se com ele e dando suporte a mãe, sustentando assim essa nova relação.

Winnicott (2001) comenta que o apoio do pai e do ambiente social é importantíssimo para o desempenho materno, não esquecendo que o pai pode favorecer um ambiente acolhedor e estimulante para seu bebê, pois existem mães que não conseguem se identificar com seu bebê e desenvolver uma relação afetiva com ele. Isso difere da teoria psicanalítica tradicional que reflete nas relações familiares como um jogo de representações citadas pelos conflitos internos que o bebê vivencia.

O ambiente exerce influências significativas, positivas ou negativas para o desenvolvimento e estruturação da personalidade da criança, além claro da sua própria

capacidade adaptativa ao meio e também de seus pais. Ambos aprendem e amadurecem juntos. As relações afetivas da criança com seus pais do seu nascimento até os seis anos de idade são muito importantes para a formação de sua personalidade como de seu caráter, pois nessa fase ela constrói valores que mais tarde vai denominá-los como seus. *“A necessidade de criação de vínculos afetivos que nos permitam amar e sermos amados é de fundamental importância para o bom desenvolvimento da personalidade”* (DEL NERO, 2005, p.60).

Porot (1954) afirma que é a família, que estabelece os primeiros vínculos afetivos para o bebê, auxiliando em seu desenvolvimento e propiciando as primeiras identificações. São pelas vivências familiares que o bebê constitui seu caráter e sua personalidade perante a sociedade. É passando por essas experiências que a criança aprende a ter domínio sobre si, a enfrentar a vida e lidar com as diversas situações.

No convívio familiar as crianças vivenciam o amor e ódio em relação a seus pais, por isso Dinamarco (2009) e Del Nero (2005) afirmam que a criança sente-se confiante ao saber que sua família é uma base segura e está em retaguarda para quando precisar de auxílio, assim ela tem um potencial melhor para se desenvolver, um bom equilíbrio emocional e autoconfiança. Os pais ao proporcionar um lar de união a seus filhos estão oferecendo um apoio fundamental para seu amadurecimento. Uma relação entre pais e filhos saudável favorece um sentimento de segurança que a criança constrói com ela mesma e com o mundo que a cerca.

Concordamos com Fulgencio e ressaltamos que a falha materna pode ocasionar grande angústia para o bebê e a falha paterna também, atingindo inicialmente a mãe e conseqüentemente o ambiente do bebê. Quando a criança já tem uma relação estabelecida com o pai, pode ser atingida por suas falhas e pela qualidade de sua presença (Fulgencio, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que o parâmetro socialmente determinado familiar pai, mãe e filhos vêm se modificando com o passar do tempo e o modelo de família *“[...] distancia-se da ligação biológica para ganhar um sentido muito mais subjetivo, que geralmente depende da perspectiva do sujeito em questão”* (Dias, 1992, p. 10).

Contudo, é a família que proporciona a formação dos primeiros vínculos afetivos, essenciais para o desenvolvimento da criança.

Ao nascer, a criança não consegue identificar o que ocorre no mundo exterior, tão pouco distinguir estímulos, portanto; *“não se pode pensar, nesse momento, em termos de triangularidade, devido à extrema imaturidade do bebê”* (Fulgencio, 2007, p.5), nem ao menos como dualidade, pois o bebê não consegue ainda entender que a mãe é algo separado dele. Então um ambiente seguro e a presença da mãe, tornam-se fundamentais para seu desenvolvimento e só sentindo-se amparado que o bebê consegue se desenvolver e integrar-se a outros grupos. Entende-se no contexto psicanalítico, que o vínculo mãe-bebê é necessário e permite um bom desenvolvimento emocional e físico ao bebê, porque a criança cria expectativas perante suas necessidades e estas sendo supridas, oferecem-lhe confiança.

Concordamos com a visão Pichoniana de que é impossível observar um indivíduo sem levar em consideração o grupo ao qual participa e a instituição da qual está inserido, tornando impossível analisar só o bebê, já que todo o contexto relata sua experiência de vida.

“[...] a herança de características parentais e históricas familiares são necessárias ao bebê, que precisa se inscrever nela para construir uma fundação à sua existência”. O lar é então a arena na qual a criança adquire experiências, habilidades e desenvolvem diversos papéis sociais. (Monteiro, 2009, p.38). Um lar solidário e acolhedor permite que a criança vivencie essas experiências positivamente, pois oferece condições para a criança desenvolver sua totalidade, proporcionando um cuidado seguro e suprimindo suas angústias, medos e inseguranças.

O amor, a estabilidade da família e a aceitação do filho são essenciais, porque oferece segurança à criança, como o equilíbrio amoroso entre o casal, mantendo assim um vínculo sólido. Portanto, *“não há nenhum outro tipo de relacionamento no qual um ser humano se coloque de maneira tão irrestrita e contínua a disposição do outro como na família”* (Dinamarco, 2009, p. 23). Acreditamos ser tarefa da família além de socializar a criança, favorecer o desenvolvimento de sua personalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, Nathan Ward. (1986). *Diagnóstico e tratamento das relações familiares*. Tradução: Goulart, Maria Cristina. Porto Alegre: Artes Médicas.

BERTANTE, Marcela Zaidem Carneiro. (2007). A Crítica Foucaultiana de Uma Invenção Freudiana. *Cientefico*. Ano VII, v. II, p.03-14. Retirado em 17 de setembro de 2010 de www.frb.br/ciente/dossie/dossie_bertante.pdf.

BOTURA, Wimer Jr. (1994). *A paternidade faz a diferença*. São Paulo: Gent.

BOWLBY, John. (2006). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. Tradução: Cabral, Álvaro. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.

BOWLBY, John. (2002). *Apego e perda: apego*. Tradução: Cabral, Álvaro. v.1. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

BRENNER, Charles. (1987). *Noções básicas de Psicanálise: introdução a psicologia psicanalítica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Imago.

BRUM, Evanisa Helena Maio, & SCHERMANN, Lígia. (2004). Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: Abordagem teórica em situação de nascimento de risco. *Ciência & Saúde Coletiva*, p. 457-467. Retirado em: 01 de junho de 2009 de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20399.pdf>.

CECCARELLI, Paulo Roberto. (2007). As bases imaginárias da família In: Férez - Carneiro, Terezinha. (Org). *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*. (p. 311 – 323) São Paulo: Casa do Psicólogo.

DEL NERO, Sonia. (2005). *Psicanálise das relações familiares*. 1. ed. São Paulo: Vetor.

DIAS, Maria Luiza. (1992). *Vivendo em família: relações de afeto e conflito*. São Paulo: Moderna.

DINAMARCO, Marco Aurélio. (2009). *Em busca dos elos rompidos: Um estudo sobre a importância do vínculo afetivo nas relações familiares*. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

FÉREZ - Carneiro, Terezinha, & Poncinato, Edna Lúcia Tinoco. (2003). Modelos de família e Intervenções terapêuticas. *Interações*. VIII, n. 16 p.57-80. Retirado em: 17 de novembro de 2009 de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/inter/v8n16/v8n16a04.pdf>.

FONTOURA, Telma. (2004). Aleitamento materno: Uma perspectiva psicológica. *Técnic Enferm*. Retirado em: 08 de setembro de 2010 de http://www.pucpr.br/servicos/programas_saude/palma/palestra.html.

FULGENCIO, Claudia Dias Rosa. (2007). *A presença do pai no processo de amadurecimento: Um estudo sobre D.W.Winnicott*. Dissertação de Mestre, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Gomes, Aguinaldo José da Silva, & Resende, Vera da Rocha. (2004). O pai presente: O Desvelar da Paternidade em uma Família Contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 20, n.2 p.119-125. Retirado em: 17 de setembro de 2010 de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a04v20n2.pdf>.

MONTEIRO, Denise de Souza Feliciano. (2009). *Para além do seio. Uma proposta de intervenção psicanalítica pais-bebê, a partir da escuta dos sentidos ocultos nas dificuldades de amamentação, como auxiliar no desenvolvimento*. São Paulo. Retirado em: 15 de maio de 2010 de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04122009-142844/>.

NAKAGAWA, Patrícia Yumi. (2007). O narcisismo e a fase do espelho. *Palavra escuta*. Retirado em: 19 de junho de 2009 de <http://www.palavraescuta.com.br/textos/o-narcisismo-e-a-fase-do-espelho>.

NETO, Orestes Forlenza. (2004). Condições traumáticas na relação mãe-bebê. *Natureza Humana*, v.6, n.1 p.79-86. Retirado em: 15 de junho de 2009 de http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302004000100004&lng=pt&nrm=iso.

NETO, Orestes Forlenza. (1899). Winnicott e o ambiente facilitador. *In: Mautner, Anna Verônica et al. Em busca do feminino: Ensaios psicanalíticos*. (p. 1 – 24). São Paulo: Casa do Psicólogo.

PICHON – Riviére, Enrique. (1992). *Teoria do vínculo*. Tradução: Zamikhowshi, Eliane Toscano, revisão técnica Velosso Marco Aurélio Fernandez; revisão da tradução Stahel, Mônica (p. 1 – 15). 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (originalmente publicado em 1980).

POROT, Maurice. (1954). *A criança e a família*. (Coleção Paidéia). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

SAFRA, Gilberto. (1995). *Momentos Mutavivos em Psicanálise: Uma visão Winnicottiana*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

WINNICOTT, Donald Woods. (2001). *A família e o desenvolvimento individual*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.